

Pedidos de informação fazem rir o Executivo

A. C. SCARTEZINI
Repórter Especial

Por que o navio **Hyunday New World**, de bandeira coreana, encalhou na baía maranhense de São Marcos? Na qualidade de constituinte, o deputado Vitor Buairz, estrela do PT do Espírito Santo, remeteu a pergunta sobre o navio ao Planalto, em cujas arelas da burocracia o requerimento também encalhou sem esperança de volta imediata à Assembléia Constituinte.

Mas o deputado Buairz não está sozinho em seu silêncio. Na sua companhia, encalham no Planalto outros 70 requerimentos de informações apresentados pela Constituinte e que ainda não receberam respostas de volta porque a Presidência da República não encontra vinculação entre as perguntas dos parlamentares e os trabalhos da Assembléia.

Na semana passada, o deputado Ulysses Guimarães, como presidente da Constituinte, considerou que a falta de resposta aos requerimentos feria a soberania da Assembléia e cobrou explicações ao Planalto pela imprensa. E foi o próprio Ulysses que ficou sem resposta, embora seja o responsável por toda a correspondência que saiu da Assembléia.

A Constituinte só despacha cada requerimento ao Planalto quando o documento recebe aprovação da Mesa da Casa, que Ulysses é presidente. Mas aí passa toda espécie de requerimento — como os 71 encalhados —, embora, quase sempre não possuam relação com a elaboração da futura Constituição. E nem o regimento da Constituinte prevê os requerimentos da informação.

Para se defender, a Mesa da Constituinte chegou a elaborar um despacho padrão para remeter ao Planalto cada requerimento e que, com ligeiras variações, se redige assim:

— O requerimento não tem amparo regimental ou constitucional, no entanto a informação solicitada é valiosa aos nossos trabalhos...

Nesses termos a Constituinte perguntou ao Planalto, e ainda não teve resposta, quantas vezes Dante de Oliveira, enquanto ministro da Reforma Agrária, cruzou os céus brasileiros sob as asas da FAB. A pergunta partiu do deputado pefelista Júlio Campos, ex-governador de Mato Grosso, estado onde Dante nasceu e dirige a prefeitura da Capital.

Outra viagem sem retorno chegou a um requerimento do deputado Antônio Salim Curiati, pedessista

de São Paulo, que ainda não conseguiu resposta para a sua pergunta ao Planalto: por que o Ministério do Interior, na compra de passagens aéreas, usou os serviços da empresa Veja Turismo? Outro requerimento de Curiati adormece nas gavetas do Planalto: por que há atraso de correspondência entre São Paulo e Brasília?

Se o atraso na correspondência não se limita a duas cidades com mil quilômetros de distância, mas atinge os próprios 150 metros que separam a Constituinte do Planalto, o deputado Curiati deseja que, pelo menos sejam mais rápidos e eficientes os ônibus urbanos de São Paulo. Por isso apresentou um terceiro requerimento para saber como o Governo Federal pode subsidiar financeiramente os ônibus paulistanos.

E Curiati não fica sozinho nessa preocupação com os transportes. Em outra ponta ideológica, encontra a solidariedade do deputado Ademir Andrade, esquerdista do PMDB paraense, que espera uma resposta para a sua pergunta sobre o andamento dos trabalhos na rodovia entre Cuiabá e a sua Santarém. Outras duas rodovias também cruzam as preocupações de Ademir, ambas na Amazônia.

Ali mesmo, em terras do

Maranhão, até hoje não se concluiu a estrada que deveria ligar Macuiba a Açailal e nem o deputado pedessista Davi Alves da Silva conseguiu uma explicação para a demora na conclusão. Espera ainda Davi, em vão, por mais uma resposta: o que falta para a conclusão do asfaltamento dos bairros de Imperatriz?

Outro fiscal atento, o deputado Adhemar de Barros, industrial paulista mas também um soldado do PDT, preocupa-se com a aplicação dos benefícios trabalhistas. Com essa preocupação na cabeça, perguntou ao Planalto sobre a nomeação de mais fiscais de trabalho. Com o mesmo zelo, o deputado Nilton Friedrich, peemedebista do Paraná, interessou-se pela demissão de uma funcionária do Ministério da Saúde.

Tanto zelo leva, às vezes, alguns constituintes a buscar no Planalto informações que dizem respeito aos Estados — por cuja autonomia batalham na Assembléia. Um deslize no qual escorregam mesmo políticos experientes como o líder do PDT, Brandão Monteiro, cidadão do Rio de Janeiro que deseja do governo de São Paulo a requisição de um inquérito policial aberto no interior paulista.